



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

PROCESSO: 3413/2020

**SIGILOSO
COVID/19**

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

PARECER: 100/2021-G2P

EMENTA: divulgação de leitos de UTI (COVID), disponibilidade e taxa de ocupação. Ação Civil Pública ajuizada pelo MPDFT. Proposta de aprimoramento. MPCDF aquiesce, com acréscimo. Fim do sigilo. Análise com base em dados de 03/08/2020 a 25/09/2020. Nova fase da Covid: variante. Necessidade de acompanhamento. Nova inspeção.

Cuidam os autos de Representação ofertada pelo Deputado Distrital, Leandro Grass, em face das incongruências na divulgação dos dados relacionados à ocupação dos leitos destinados ao combate da Covid-19, seja com relação à disponibilidade desses; seja quanto à taxa de ocupação. Por isso, o pedido, no mérito, reiterou a procedência da peça e a expedição de determinação, para que o Distrito Federal obedecesse, de forma obsequiosa, o princípio da transparência, para que divulgue, inclusive, qualquer alteração no número de leitos, de forma motivada, em seus boletins diários, seja por aumento (leitos transitórios, hospitais de campanha, uso da rede privada) ou diminuição (desativação de leitos por qualquer motivo).

2. Ao final, postulou-se, também, a concessão de medida cautelar, *“para que, antes mesmo da oitiva do Governador ou do Secretário de Estado de Saúde, seja o Distrito Federal obrigado a divulgar, diariamente, os dados obtidos pela unidade de regulação de UTI’s, especificando, com clareza, o número de leitos em funcionamento e aqueles bloqueados”*.

3. O TCDF, então, autorizou o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para realização de inspeção na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e onde mais se mostrar necessário, com a urgência que o caso requer, de modo a verificar se os dados alusivos à quantidade de leitos de UTI disponíveis e existentes em toda a Rede (pública e privada) de Saúde do Distrito



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

Federal para tratamento dos pacientes acometidos pelo COVID 19, disponibilizados em cumprimento à decisão judicial, refletem à veracidade dos fatos e se a atualização está ocorrendo de forma célere e com a clareza necessária para a compreensão de toda a população distrital, bem como, para adoção das demais providências cabíveis (Decisão 2613/20)¹.

4. O MPC/DF ofertou o Ofício 453/20, para encaminhar denúncia recebida na Ouvidoria deste *Parquet* e resposta da SES DF, a respeito da falta de transparência em relação aos leitos para tratamento da COVID no DF.

5. Posteriormente, após ofícios do IGESDF e SES/DF, foi elaborado pelo Corpo Técnico Relatório Preliminar de Inspeção, que, em primeiro lugar, esclareceu:

23. As reuniões realizadas permitiram obter evidências de que o fato de um leito de UTI se encontrar vazio fisicamente, como poderia ser verificado e apontado em possível fiscalização in loco, não significa, necessariamente, a inexistência de vínculo de determinado paciente ao leito. Da mesma forma, o fato de haver fila de espera não afasta a possibilidade de existência de leitos vagos, em vista, por exemplo, da possível incompatibilidade entre as condições clínicas dos pacientes e as especificidades dos leitos disponíveis.

24. Nesse sentido, a efetiva existência de leitos vagos somente seria passível de verificação por meio dos sistemas informatizados, a partir da análise de registros específicos, inclusive de pacientes direcionados ao leito, mas que ainda não teriam sido admitidos definitivamente, em função de motivos diversos, a exemplo do tempo de transporte em si ou de sua espera, ou da indisponibilidade momentânea por transporte qualificado.

25. No caso da análise da fila de espera, o acesso aos sistemas informatizados também demonstra fundamental importância, tendo em

¹ Foi considerado prejudicado o pedido de cautelar em face da **Ação Civil Pública n.º 0703196-13.2020.8.07.0018**, com pedido de tutela de urgência, ajuizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, visando, em síntese, transparência por parte do Distrito Federal e do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF quanto às informações prestadas em relação à doença COVID-19. A ação foi julgada procedente, de modo a condenar o DISTRITO FEDERAL e o IGESDF, em obrigação de fazer, para que mantenham atualizados, em seus respectivos sítios eletrônicos (www.coronavirus.df.gov.br, salasit.saude.df.gov.br e <https://igesdf.org.br/prestacao-contas-covid-19/>) ou outro meio oficial (como os Boletins Epidemiológicos do COE), todos os dados e informações de alíneas “a” a “m” do referido ID, até o fim da pandemia, observando-se, também, a parte dispositiva das decisões de ID’s 65311540 e 66732853. **Encontra-se arquivada, com trânsito em julgado.**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

vista que essa avaliação depende da consideração de diversas variáveis que são registradas no prontuário eletrônico do paciente, mas que não são informadas na Sala de Situação e tampouco poderiam ser obtidas com facilidade na unidade física de acolhimento do paciente.

(...)

Nesse sentido, os dados utilizados na análise correspondem aos divulgados no sítio eletrônico da SES/DF no período de 03/08/2020 a 24/08/2020 para exame do cumprimento da sentença judicial e para comparação com os registros das planilhas da Central de Regulação de Internação Hospitalar – CERIH. As informações registradas nos sistemas TrakCare e MV Soul, relativas aos leitos ocupados, disponíveis e bloqueados foram examinadas no período de 08/09/2020 a 21/09/2020. As evoluções médicas no TrakCare de pacientes que se encontravam em fila de espera foram examinadas até o dia 25/09/2020. 29. A execução dos trabalhos compreendeu o período de 03/08/2020 a 25/09/2020.

6. Após, passou-se a tratar do que se segue:

“III.1 Os dados sobre leitos de UTI destinados a pacientes com COVID-19 disponibilizados no sítio eletrônico da SES/DF em cumprimento à decisão judicial refletem a veracidade dos fatos e são atualizados de forma célere e com a clareza necessária para a compreensão de toda a população do Distrito Federal? Parcialmente. A comparação dos dados das planilhas da CERIH e dos sistemas TrakCare e MV Soul com os dados divulgados pela SES/DF apresentou algumas divergências que representam pouco impacto na informação sobre a ocupação dos leitos de UTI e UCI. Os dados da situação desses leitos são atualizados periodicamente, em intervalos de aproximadamente 2 horas, diariamente, entre 6:30 e 18:10. Algumas inconsistências identificadas podem ser explicadas pelo tempo de atualização dos dados e pela alta dinamicidade do fluxo de ocupação dos leitos de UTI e UCI para pacientes com COVID-19, no entanto, outras são decorrentes de impropriedades. Restaram verificadas as seguintes impropriedades, constantes da Matriz de Achados (Peça 50, e-DOC A645A202-e): ausência de cumprimento integral de decisões judiciais proferidas na Ação Civil Pública n.º 0703196-13.2020.8.07.0018; divergência entre as informações elaboradas pela CERIH e as publicadas no site da SES/DF; ausência de padronização da forma de divulgação dos leitos com pacientes direcionados e do registro de leitos ocupados, considerando os leitos de UTI e UCI; e ausência de informações acerca



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

do suporte necessário para atendimento de paciente em lista de espera por leitos de UTI.

7. As discrepâncias podem ser assim resumidas:

“(…) Informações obtidas, durante a fase de planejamento da Inspeção, com o titular da Diretoria de Gestão de Informações Estratégicas (DGIE), apontam que as informações disponibilizadas na Sala de Situação seriam obtidas diretamente do sistema TrakCare. A rigor o item não está atendido, mas a solução adotada pela SES/DF se mostra mais favorável à transparência das informações e reduz a possibilidade de erros.

(…) há necessidade de aperfeiçoamento das medidas adotadas pela CERIH com vistas a permitir que as informações utilizadas reflitam a realidade de atendimento da SES/DF, a exemplo da utilização dos dados do TrakCare, para fins de cálculo da taxa de ocupação.

(…) não possui dados específicos para COVID-19, tampouco o número dos equipamentos e a informação se o equipamento está operante ou não.

Há informações sobre o número de exames PCR realizado. Ao longo do período analisado, foram acrescentadas informações sobre o número de detectados e não detectados. Porém, não constam informações obtidas de laboratórios particulares. No Relatório de Testagem nº 08 (<http://www.coronavirus.df.gov.br/wpcontent/uploads/2020/09/Relato%CC%81rio-Testagem8.pdf>), por exemplo, não constam informações específicas sobre o quantitativo diário de testes tipo PCR realizados, como determina a decisão judicial. No relatório consta o quantitativo total de testes realizados até 4/9/2020. Há informação de que a atualização do Relatório ocorre quinzenalmente.

(…) Examinando-se todos os relatórios obtidos no período analisado (<http://info.saude.df.gov.br/covid-19-lista-deespera-por-leitos-de-uti/>), constata-se que ainda permanece significativa a quantidade de Subtipo de Leito "Não Informado", o que dificulta a análise de impacto solicitado na decisão judicial.

(…) 33. Com relação ao item em que fora determinado à SES/DF que “Utilize apenas os relatórios diários elaborados pela Central de Regulação de Internação Hospitalar (CERIH/DIRAH/CRDF) como fonte para os dados publicados na Sala de Situação”, conforme tratado



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

em tópico específico neste Relatório, há necessidade de aprimoramento das medidas adotadas pela CERIH para fins de elaboração dos relatórios diários.

(...) 40. Inicialmente, constatou-se que as planilhas elaboradas pela CERIH (PT_10) apresentam informações de leitos direcionados, o que não está publicado na Sala de Situação. Para fins de comparação com os dados publicados na Sala de Situação, foram considerados como leitos ocupados na planilha da CERIH o somatório de leitos ocupados e direcionados.

41. Foram observados casos em que o valor registrado como total em algumas colunas das planilhas não corresponde à soma dos valores individuais das células correspondentes.

(...) é possível observar várias divergências entre os leitos ocupados, bloqueados e disponíveis [faltou o registro, até mesmo, de leitos, enquanto outros, apesar de ditos bloqueados, estavam disponíveis, e vice-versa].

(...)

Ante o exposto, a despeito de, a rigor, a SES/DF estar descumprindo a determinação judicial, os trabalhos desta Inspeção revelam que a manutenção da forma de divulgação atualmente feita pela Pasta vai ao encontro do interesse público e, na essência, atende ao determinado pelo Poder Judiciário, ainda que, como será demonstrado nos próximos itens, essa metodologia possa ser aprimorada. Não obstante, a CERIH deve adotar medidas para que seus relatórios diários contenham informações completas e tempestivas, devidamente atualizadas, e que reflitam efetivamente a realidade de atendimento da SES/DF acerca dos leitos públicos e contratados.

57. A despeito de a extração ser automatizada e previamente configurada, a comparação dos dados divulgados no sítio eletrônico da SES/DF com os dados registrados no TrakCare no período de 08/09/2020 a 12/09/2020 apresentou algumas divergências e indicou ausência de padronização de registro, considerando os leitos de UTI e UCI.

58. Essa análise, a qual compara os dados registrados no sistema TrakCare em determinado dia e horário com as informações divulgadas pela SES/DF na Sala de Situação no mesmo dia e horário, foi efetuada



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

para verificar a adequada transparência dos dados, conforme o arts. 5º e 6º da Lei Distrital 4.990/2012.

59. Preliminarmente, cabe mencionar que, de modo geral, os dados de leitos ocupados, vagos e bloqueados se mostraram consistentes e as divergências identificadas resultaram em pequeno impacto no cálculo da taxa de ocupação dos leitos, muito menor do que o relatado na representação que deu origem à presente fiscalização (24%).

(...) 63. Haja vista a alteração da forma de divulgação desses leitos, procedeu-se à nova comparação entre os dados divulgados na Sala de Situação e os registrados no TrakCare para os dias 17/09/2020 e 18/09/2020 e verificou-se que a situação permanecia, ou seja, nessas datas também foram divulgados como vagos leitos direcionados e que, portanto, deveriam ser contabilizados como ocupados.

(...) 64. A despeito dessa impropriedade, verificou-se, novamente, que o impacto desses dados na taxa de ocupação é pequeno, de forma que a diferença de percentual entre o TrakCare e a Sala de Situação para os dias 11/09/2020 e 12/09/2020 foi de aproximadamente 3%, embora tenha sido maior do que nas datas anteriores (...).

(...) 65. Outra questão que merece nota é a ausência de padronização de registro dos pacientes em Sala de Espera no sistema ao se comparar os leitos de UTI e UCI, a qual ocorreu em todo o período analisado (08/09/2020 a 12/09/2020). De modo geral, os leitos de UTI, quando possuem pacientes no campo “Sala de Espera” do TrakCare, são classificados como direcionados e ficam bloqueados (“Direcionado COVID” ou “Pac Internado COVID”), conforme a quantidade de pacientes nesse local, indicando que há pacientes direcionados para esses leitos (...).

66. No entanto, foi comum a constatação de vários pacientes no campo “Sala de Espera” por leitos de UCI sem o registro de leitos direcionados. Dessa forma, verifica-se que a utilização da Sala de Espera e o bloqueio dos leitos direcionados ocorreram de forma diferente, considerando os leitos de UTI e UCI, indicando ausência de padronização dos registros no âmbito da SES/DF (...).

67. Foram questionados à SES/DF os motivos de determinados pacientes estarem na Sala de Espera por leitos de UCI durante determinado período (Nota de Inspeção 5_3413/2020, e-DOC 26AB8988-c 19), a fim de entender a situação desses pacientes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

Entretanto, não foi enviada resposta até a finalização dos trabalhos de Inspeção.

(...) Nesse sentido, os dados indicam que existiam alguns pacientes que estavam na Sala de Espera e, concomitantemente, estavam ocupando leitos de UCI, no entanto, sem o devido registro da ocupação desses leitos (...).

69. A despeito de tal situação, de maneira similar, o impacto dessa incongruência na informação sobre a taxa de ocupação dos leitos é pequeno, variando de aproximadamente 2% a 5%, considerando que todos os pacientes na Sala de Espera por leitos de UCI estejam direcionados para um leito (...).

70. Nesse sentido, uma vez que há pouca diferença na taxa de ocupação quando se consideram todos os pacientes da Sala de Espera por leitos UCI, caso fossem realizados os ajustes necessários, identificando quais pacientes efetivamente estariam direcionados aos leitos de UTI, essa diferença seria ainda menor.

71. Consoante manifestação apresentada pela CERIH, os pacientes que se encontram no campo “Sala de Espera” deveriam estar vinculados a um leito de UTI (...).

72. Outro ponto que cabe mencionar é que foi verificada incorreção dos dados divulgados referentes à taxa de ocupação do dia 09/09/2020 (...).

73. Outra análise efetuada com o objetivo de verificar a veracidade das informações divulgadas pela jurisdicionada foi a comparação entre os dados registrados no TrakCare e no MV Soul, sistema de prontuário eletrônico utilizado pelo IGESDF. O exame dos registros permitiu identificar que pequenas divergências entre os sistemas eram relativas ao tempo de atualização dos dados, de forma que, na maioria das vezes, resultavam de pacientes com alta médica ou transferência de leito, o que era registrado primeiro em um sistema para posterior registro no outro. Portanto, não houve inconformidades relevantes entre esses sistemas capazes de indicar a existência de prejuízo à veracidade dos dados divulgados (...).

74. Nesse sentido, restou verificado que os dados divulgados pela SES/DF a respeito da ocupação e disponibilidade dos leitos de UTI e UCI direcionados ao atendimento de pacientes com COVID-19, de modo geral, representam adequadamente a situação desses leitos. No



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

entanto, algumas impropriedades, as quais impactaram pouco na informação sobre a taxa de ocupação dos leitos de UTI, foram identificadas e, portanto, sugere-se propor à SES/DF a adoção de medidas a fim de mitigar a ocorrência dessas falhas e garantir que a informação reflita de maneira mais fiel possível a situação fática de ocupação desses leitos de UTI e UCI.

75. Propõe-se, portanto, determinar à SES/DF que padronize formalmente os procedimentos a serem adotados pelos responsáveis pela gestão de leitos de UTI e UCI, a fim de garantir o registro adequado dos dados de ocupação dos leitos no TrakCare e que adote medidas a fim de garantir que os leitos direcionados a pacientes sejam divulgados como ocupados, demonstrando a real situação desses leitos.

8. Outro item referiu-se à Ausência de informações acerca do suporte necessário para atendimento de paciente em lista de espera por leitos de UTI:

78. No período examinado, em média, mais de 35% dos pacientes foram registrados na lista de espera sem informações relacionadas ao tipo específico de leito demandado por suas condições clínicas.

(...) 80. Aliado à ausência de informação para cada um dos pacientes que se encontram na lista de espera, a SES/DF também não registra a capacidade de suporte quanto aos leitos ocupados, bloqueados e disponíveis (...).

83. Em consequência não se consegue correlacionar as necessidades dos pacientes que se encontram em fila de espera com as especificidades dos leitos disponíveis, o que leva o cidadão comum, assim como a imprensa, ao visualizar na internet a lista de espera e os leitos disponíveis, a concluir pela incongruência entre a concomitante existência daquela e a disponibilidade destes.

(...)

88. Em decorrência da ausência de informações precisas, na maioria das vezes o profissional da regulação registra de forma genérica no prontuário dos pacientes em fila de espera: “CERIH ciente da solicitação. Segue busca de vagas de UTI com o suporte necessário.”

(...) 90 (...) o que permitiu constatar que, com relação ao período analisado, ou não há justificativas para a continuidade dos pacientes na



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

fila, ou há necessidade de melhor detalhamento do tipo de leito de que esses pacientes necessitam.

(...) 93. Por outro lado, observa-se que, apesar de a SES/DF informar que pacientes continuavam na fila de espera por falta de leito com suporte dialítico, o exame dos quantitativos de leitos na data de extração dos dados demonstra que havia significativa quantidade de leitos vagos com suporte para hemodiálise. Assim como havia leitos vagos para “UTI geral”.

(...) Por fim, dos pacientes que vieram a óbito, 8 (50%) necessitavam de leitos com suporte especializado, segundo registro expresso na evolução médica.

98. Nesse sentido, as informações coletadas durante a inspeção indicam que, a despeito de haver vagas para leitos de UTI, alguns pacientes possuem dificuldades de acesso a esses leitos, de forma que, em alguns casos, isso ocorre devido à ausência de leitos que atendam às necessidades específicas do paciente. Ainda, verificou-se que a falta de dados no TrakCare sobre o suporte necessário para atendimento ao paciente não apenas é óbice à transparência da informação sobre a disponibilidade dos leitos de UTI como também dificulta a atuação da Central de Regulação em suas atividades.

9. Após, o TCDF, mesmo diante da informação do Corpo Técnico de que *“o presente Relatório não possui informações sigilosas e que os documentos com informações com esse caráter foram devidamente classificados no momento de sua inserção nos autos”*, manteve o sigilo², proferindo a Decisão 216/20, para mandar ouvir os jurisdicionados.

10. O IGES afastou qualquer responsabilidade, porque *“A gestão e regulação de Leitos de UTI no Distrito Federal compete ao Complexo Regulador do Distrito Federal. Deste modo, não há governabilidade, por parte do IGESDF no bloqueio ou direcionamento desses leitos. Portanto, quanto a falhas na divulgação de resultados, ausência de dados no sistema trakcare e divergências encontradas, não estão sob a responsabilidade deste Instituto”*.

11. A SES pediu prorrogação de prazo, indeferida (Despacho 755/20), mas com 02 dias a mais para atendimento. Segundo o Corpo Técnico,

²“Ainda, considerando que a área instrutiva classificou, provisoriamente, o processo como sigiloso, por conter informações relacionadas a dados dos sistemas de prontuário eletrônico da SES/DF, cumpre ao Colegiado confirmar a chancela de sigilo, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução n.º 207/2010-TCDF”.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

foi afirmado que o Relatório Prévio de Inspeção e a Decisão 216/2020 foram encaminhados às unidades técnicas da SES, todavia, haja vista a complexidade da demanda e o envolvimento de diversas unidades no assunto tratado, não foram possíveis a compilação e o envio de todas as informações necessárias. Dessa forma, a SES/DF limitou-se a disponibilizar a manifestação exarada pela Diretoria de Regulação da Atenção Ambulatorial e Hospitalar. E, assim, a responsável pela Diretoria de Regulação da Atenção Ambulatorial e Hospitalar restringiu-se a explicar as divergências entre os dados do Hospital de Campanha da Polícia Militar e do Hospital Regional de Santa Maria, apresentados nas planilhas da CERIH e na Sala de Situação. De qualquer modo, a Diretora da Central de Regulação explanou apenas sobre duas falhas, de forma que as demais impropriedades, inclusive as referentes ao período de 04/08/2020 a 27/08/2020, não foram explicadas.

12. Retornam os autos com Relatório Final que confirma todos os termos do Relatório Preliminar, opinando pela procedência parcial da Representação e determinações à SES/DF e ao IGESDF, assim:

45. Quanto às demais impropriedades, a análise dos dados divulgados no sítio eletrônico da SES/DF (<http://www.coronavirus.df.gov.br/>), nos dias 18/01/2021 e 19/01/2021, indica que se mantém a ausência de informações sobre os ventiladores pulmonares disponibilizados para o tratamento da COVID-19, os exames realizados nos laboratórios particulares e o tipo de leito necessário para os pacientes em lista de espera por vaga em UTI (PT_17).

46. Quanto à afirmação apresentada pelo IGESDF, não procede a assertiva de que o Instituto não possui responsabilidade sobre as falhas apresentadas, uma vez que é responsável pela divulgação dos dados sobre os ventiladores pulmonares de suas unidades de atendimento, bem como pelo registro do tipo de leito necessário para os pacientes em lista de espera por vaga de UTI de suas unidades.

47. Nesse sentido, haja vista as manifestações apresentadas não alterarem os registros apontados neste Relatório sobre as falhas no cumprimento da sentença da Ação Civil Pública, sugere-se encaminhar este Relatório ao MPDFT, para ciência dos fatos aqui relatados e adoção das medidas pertinentes, considerando que esse órgão é o autor da Ação Civil Pública e fiscal da lei.

III.1.2 Divergência entre as informações elaboradas pela Central de Regulação de Internação Hospitalar e as publicadas no site da SES/DF (Achado 2)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

(...)

65. Ante o exposto, a despeito de, a rigor, a SES/DF estar descumprindo a determinação judicial, os trabalhos desta Inspeção revelam que a manutenção da forma de divulgação atualmente feita pela Pasta vai ao encontro do interesse público e, na essência, atende ao determinado pelo Poder Judiciário, ainda que, como será demonstrado nos próximos itens, essa metodologia possa ser aprimorada. Não obstante, a CERIH deve adotar medidas para que seus relatórios diários contenham informações completas e tempestivas, devidamente atualizadas, e que reflitam efetivamente a realidade de atendimento da SES/DF acerca dos leitos públicos e contratados.

(...)

(...) 75. Pelo exposto, a manifestação apresentada pela SES/DF não altera os registros deste Relatório, ao contrário, corrobora o posicionamento de que se faz necessário aprimorar os procedimentos de atualização dos dados realizados pela CERIH/DIRAH/CRDF, com vistas a garantir a integridade das informações. Sugere-se, portanto, determinar à Pasta que adote medidas para promover esse aprimoramento.

76. Quanto à afirmação apresentada pelo IGESDF, o Instituto, com efeito, não possui responsabilidade pelas falhas apontadas neste Achado especificamente, uma vez que não é responsável pela elaboração das planilhas, tampouco pela divulgação dos dados na Sala de Situação.

III.1.3 Ausência de padronização da forma de divulgação dos leitos com pacientes direcionados e do registro de leitos ocupados (Achado 3)

(...)

101. Conforme exposto, embora tais falhas não tenham apresentado alto impacto na taxa de ocupação de leitos divulgada pela SES/DF, as impropriedades podem prejudicar a fidedignidade das informações apresentadas, em afronta ao art. 6º, incisos I e II, c/c art. 9º, § 1º, inciso V, Lei Distrital 4990/201222 . 102. Ante a ausência de manifestação da SES/DF, mantém-se inalterado o posicionamento da equipe de fiscalização.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

103. Quanto à alegação do IGESDF de que as falhas evidenciadas neste Achado não são da responsabilidade desse Instituto, diverge-se desse posicionamento, considerando que o Hospital Regional de Santa Maria realiza o registro da ocupação dos leitos de UCI no TrakCare. O Instituto, portanto, também se responsabiliza pelo adequado registro dos dados no sistema, os quais, por sua vez, refletem na divulgação e integridade das informações.

104. No entanto, embora o IGESDF atue no registro das informações, a coordenação das ações de registro e a divulgação dos dados são de responsabilidade da SES/DF e, portanto, propõe-se que as diligências necessárias para sanar as falhas sejam dirigidas à jurisdição.

105. Nesse cenário, sugere-se determinar à SES/DF que padronize formalmente em todas as unidades de atendimento os procedimentos a serem adotados pelos responsáveis pela gestão de leitos de UTI e UCI, a fim de garantir o registro adequado dos dados de ocupação dos leitos no TrakCare e que adote medidas a fim de garantir que os leitos direcionados a pacientes sejam divulgados como ocupados, demonstrando a real situação desses leitos. III.1.4 Ausência de informações acerca do suporte necessário para atendimento de paciente em lista de espera por leitos de UTI (Achado 4)

(...)

137. Nesse sentido, a publicação e a identificação do tipo de suporte necessário para os pacientes em lista de espera, bem como do suporte disponível nos leitos de UTI e UCI são importantes para transparência e clareza das informações sobre a ocupação desses leitos.

138. No que tange a manifestação do IGESDF, diverge-se da afirmação de que o Instituto não possui responsabilidade sobre as falhas apontadas, uma vez que os registros sobre o quadro do paciente e o suporte necessário para o atendimento também são de responsabilidade do Instituto, haja vista serem alimentados nos sistemas pelos servidores de suas unidades de atendimento e influenciarem a atuação da CERIH e a divulgação dos dados pela SES/DF.

139. Ante o exposto, as manifestações dos jurisdicionados não são capazes de alterar as informações deste relatório e, portanto, sugere-se determinar à SES/DF e ao IGESDF que adotem as medidas necessárias para saneamento das falhas, conforme apresentado no item III.1.4.1 deste Relatório.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

13. Os autos vieram ao MPC/DF que aquiesce ao quanto proposto pelo Corpo Técnico, opinando, em acréscimo, pelo fim do sigilo nos autos, com as cautelas já demonstradas, no sentido de tratar com reserva apenas as informações atinentes ao quadro clínico de pacientes. Todo o restante, por versar justamente sobre a necessária transparência, deve ser tornado público, por ser princípio fundamental em um Estado Democrático de Direito, sendo relevante que se coíba a falta de informação³.

14. Ademais, o atual quadro em que se encontra a evolução da pandemia justifica que os autos sejam mantidos em roteiro de acompanhamento, com programação de nova inspeção, imediatamente.

15. Como se sabe, foram detectadas novas variantes da doença no DF⁴. Além disso, pesquisadores alertam para a terceira onda da COVID19⁵.

16. A imprensa tem chamado a atenção para a gravidade dos fatos e a sua total relação com a quantidade de leitos, muitos dos quais foram desativados, inclusive, no DF⁶:

Covid-19: DF tem 94% dos leitos de UTI ocupados e 864 casos em 24 horas

Dos cinco hospitais particulares contratados pelo GDF, quatro estão com todos os leitos de UTI ocupados. Número de infectados em um só dia não era maior que 800 desde 30 de janeiro⁷ (19/02/21).

17. Afora essa, outras matérias são igualmente relevantes:

Remobilização de leitos de UTI preocupa o MP:
<https://globoplay.globo.com/v/9284877/?s=0s>

Situação no Entorno preocupa e pode afetar o sistema de saúde no DF:
<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/02/4907801-situacao-do-entorno-preocupa.html>

³ A esse respeito, o MPC/DF protocolou, também, as Representações 19/20 (Processo 897/20) e 52/20 (Processo 4780/20).

⁴ Além da variante britânica, a P2: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/02/4907560-covid-19-variante-do-rio-de-janeiro-tambem-foi-identificada-no-df.html>

⁵ <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/15/pesquisador-diz-que-variante-brasileira-surgiu-na-segunda-onda-de-covid-no-am-e-nao-causou-o-colapso.ghtml>

⁶ <https://www.sindmedico.com.br/desativacao-leitos-uti-covid/>

⁷ <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/02/4907582-covid-19-df-tem--94--dos-leitos-de-uti-ocupados-e-864-casos-em-24-horas.html>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

MPDFT: nova variante da COVID exige atenção do Poder Público: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/mpdft-nova-variante-da-covid-exige-atencao-do-poder-publico/>

<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/02/4907438-coronavirus-mp-cobra-explicacoes-da-secretaria-de-saude-sobre-variante-no-df.html>

18. Nesse sentido, o MPC/DF opina no sentido de que o TCDF, a par de adotar as proposições sugeridas pelo Corpo Técnico, autorize a realização de nova inspeção, com vistas a atualizar os dados dos leitos de UTI para COVID19.

É o parecer.

Brasília-DF, 22 de fevereiro de 2021.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora